



Foto: Agência Brasil

BRASIL ENTRE DESAFIOS INTERNACIONAIS E TENSÃO INTERNA: COP 29, PEC CONTRA A ESCALA 6X1 E ATENTADO EM BRASÍLIA

Na última semana, eventos marcantes trouxeram à tona temas de grande relevância para o cenário político brasileiro, abrangendo desde o papel do país em pautas globais, como as mudanças climáticas, até o avanço de propostas trabalhistas e questões de segurança pública em Brasília.

Durante a 29ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 29), realizada no Azerbaijão, o Brasil reforçou seu compromisso com a sustentabilidade, apesar da ausência do presidente Lula por razões médicas. Representado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin e pela ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, o país anunciou uma ambiciosa meta de redução das emissões de carbono, embora considerada tímida por alguns ambientalistas.

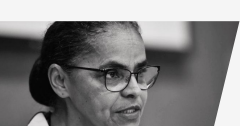
Em paralelo, o cenário político brasileiro foi impactado pelo avanço da PEC que propõe a extinção da escala de trabalho 6x1, uma medida em sintonia com movimentos globais pela redução da jornada de trabalho. A proposta, liderada pela deputada Erika Hilton, ainda gera divergências entre membros do governo e do parlamento, evidenciando as diferentes visões sobre as novas demandas do mercado de trabalho.

Ainda nesta semana, a segurança pública foi motivo de alerta em Brasília, após um atentado na Praça dos Três Poderes, levando à interdição da área e ao cancelamento de atividades no legislativo e judiciário. O atentado suscitou debates no e trouxe à tona uma discussão sobre a estabilidade da democracia, evidenciada nas falas de líderes e na continuidade dos trabalhos institucionais.

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA COP 29

Nesta semana, ocorreu no Azerbaijão, a 29ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 29). Por orientação médica, o presidente Lula (PT), não marcou presença na Conferência, mas o Brasil foi representado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), e pela Ministra do Meio-Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva (REDE).

Na COP, o vice-presidente anunciou uma meta de redução de 67% das emissões de carbono até 2035. Apesar de ser uma meta recorde para o Brasil, ainda é considerada tímida por ambientalistas.



“Não queremos nos acomodar com os dados alcançados, queremos que o Brasil seja o endereço da prosperidade, mas, como diz o presidente Lula, com combate à desigualdade, prosperidade, protegendo a biodiversidade e os povos indígenas, prosperidade fazendo com que o nosso país possa ser democrático e sustentável, dialogando com todos os setores”

Marina Silva (REDE)
Ministra do Meio-Ambiente e Mudança do Clima

PEC CONTRA A ESCALA 6X1 AVANÇA

O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que propõe acabar com a escala 6x1, obteve as 171 assinaturas necessárias para a sua apresentação. A PEC, que será apresentada pela deputada Erika Hilton (PSOL/SP), é fruto de articulação com o Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), que defende a redução da jornada de trabalho. Até o momento, o texto reduz a jornada máxima de trabalho de 44 para 36 horas horas, que deverão ser distribuídas ao longo de quatro dias da semana.

Membros do governo evitam comentar sobre o assunto, no entanto, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), declarou que a redução da jornada de trabalho é uma tendência mundial. Já o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (PT), defendeu que a escala seja negociada em acordos coletivos entre os trabalhadores e empregados, mas disse ser defensor da redução da jornada para 40 horas semanais.



“Isso não foi ainda discutido. Mas acho que é uma tendência no mundo inteiro. À medida em que a tecnologia avança, você pode fazer mais com menos pessoas, você [poderia] ter uma jornada menor. Então, esse é um debate que cabe à sociedade e ao Parlamento”

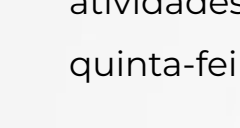
Geraldo Alckmin (PSB)
Vice-Presidente da República

Para o governo, que tem compromissos com setores favoráveis e contrários à escala, o projeto pode se tornar um problema, principalmente dado o fato de que o Partido dos Trabalhadores (PT) não tem uma posição coesa sobre o tema, com parlamentares que já se posicionaram favoravelmente à PEC e membros do governo que tentam conciliar uma posição de neutralidade.

ATENTADO EM BRASÍLIA

A Praça dos Três Poderes amanheceu interditada nesta quinta-feira (14) após duas explosões no local resultarem em uma morte na noite anterior.

Após o atentado, a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP/DF), pediu que o expediente nos três poderes fosse suspenso, apesar disso, a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal tiveram expediente a partir das 12h, com sessão plenária no STF. Já o Senado Federal suspendeu as atividades, ambas as casas legislativas cancelaram os eventos previstos para quinta-feira.



“Nós damos continuidade aos nossos trabalhos com a mesma tranquilidade, destemor, e principalmente comprometimento com a democracia brasileira [...] Graves acontecimentos não comprometem o que é mais sério e de nossa responsabilidade, que é trabalhar para que a democracia brasileira se sustente, como vem se sustentando, em qualquer tipo de adversação que possa, de alguma forma, abalar a sua estrutura e dinâmica”

Ministra Carmen Lúcia

Para parlamentares do Partido Liberal (PL), de Bolsonaro, o atentado “enterra” o PL da anistia, que tramita atualmente em comissão especial. O acontecimento resultou, também, em um revés de parlamentares governistas, que voltaram a atacar o projeto da anistia.

O caso está sob investigação da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Federal.

Nos três poderes, a próxima semana deve ser marcada pela retomada das agendas que foram interrompidas nesta quinta-feira, o debate sobre a PEC contra a escala 6x1 deve continuar, com provável apresentação do projeto nos próximos dias.

Material produzido por